POLÍTICA

Quando o gigante se lembra de si

Sobre mitos políticos, liberdade e um Brasil que começa a despertar

ELIAS ANDRADE · 6 DE OUTUBRO DE 2026 · 15 MIN DE LEITURA

Há eleições que escolhem governantes. E há eleições que revelam que alguma coisa mudou no próprio povo.

Talvez 2026 seja uma delas.

Nas eleições deste ano, o PL elegeu **121 deputados federais**, 24 a mais que em 2022, tornando-se a maior bancada da Câmara. No Senado, elegeu **19 das 54 cadeiras em disputa** e deverá iniciar 2027 com **28 senadores** — a maior bancada partidária no início de uma legislatura desde a Constituição de 1988. Isso não torna o Brasil unanimemente de direita; torna impossível, porém, fingir que nenhuma mudança política relevante aconteceu.

O mapa presidencial mostrou a exceção mais evidente. Lula venceu nos nove estados do Nordeste e obteve **63,77% dos votos válidos da região**, contra 30,85% de Flávio Bolsonaro.

É tentador transformar essa diferença numa disputa entre brasileiros esclarecidos e brasileiros atrasados.

Seria um erro moral e intelectual.

O problema não é o nordestino.

O problema são as condições que ainda aprisionam milhões de nordestinos.

E talvez seja justamente começando pelos números que possamos finalmente separar homens de mitos, políticas públicas de propaganda e solidariedade de dependência.

O homem que recebeu o crédito pelo tempo

Existe uma pequena palavra que construiu boa parte da mitologia política brasileira:

porque.

O brasileiro prosperou **durante** Lula.

Logo, prosperou **porque** Lula existia.

É aí que história e propaganda deixam de ser a mesma coisa.

Sim: durante os primeiros governos Lula houve melhorias sociais e econômicas importantes.

Não: isso não significa que Lula tenha criado sozinho essas melhorias.

O próprio mercado de trabalho é prova disso. Na antiga Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE — que abrangia seis regiões metropolitanas, portanto não deve ser confundida com a PNAD nacional atual — a taxa média de desemprego caiu de **12,4% em 2003 para 6,7% em 2010**. A participação dos empregados privados com carteira subiu de 39,7% para 46,3%, e o rendimento real médio aumentou 19%.

Também houve ganhos reais do salário mínimo. Também houve redução da pobreza e da desigualdade. Também houve expansão do consumo.

Negar esses fatos não destruiria o mito.

Apenas criaria outro.

A pergunta interessante começa depois deles:

quanto desse avanço veio de decisões de Lula, quanto veio de estruturas que ele recebeu e quanto veio de um mundo que também estava mudando?

Porque Lula não assumiu um país economicamente virgem.

O regime de câmbio flutuante havia sido implantado em 1999. O sistema formal de metas de inflação começou naquele mesmo ano. A disciplina de superávits primários também já fazia parte do arranjo macroeconômico anterior.

Lula acertou ao preservar inicialmente boa parte dela.

Mas preservar alguma coisa não é o mesmo que tê-la inventado.

“Lula criou o Bolsa Família.”

Sim e não.

O Bolsa Família como programa unificado foi criado em seu governo.

Mas basta ler a própria **Lei 10.836/2004** para derrubar a ideia de que a transferência condicionada de renda nasceu do nada em 2003. A lei diz expressamente que o programa unificou, entre outros, o **Bolsa Escola**, criado em 2001; o **Bolsa Alimentação**, também de 2001; o **Auxílio-Gás**, de 2002; além do Cadastro Único, instituído em 2001.

Portanto:

> Lula criou o Bolsa Família como programa unificado e o expandiu.

Verdade.

> Antes de Lula não existiam programas federais de transferência de renda para famílias pobres.

Falso.

E essa diferença importa.

“Lula tirou o Brasil da fome.”

Aqui também existe um fato verdadeiro transformado em slogan excessivo.

O Brasil realmente saiu do chamado Mapa da Fome da FAO em 2014. O anúncio oficial registrava que, entre **2002 e 2013**, a população considerada subalimentada havia caído cerca de **82%** e que o indicador da FAO ficara abaixo do limite utilizado para inclusão no mapa.

Isso é uma realização social extraordinariamente importante.

Mas observe as datas.

O período começa em **2002**, antes da posse de Lula, atravessa Lula I, Lula II e chega a **2013, já no governo Dilma Rousseff**.

Além disso, “sair do Mapa da Fome” nunca significou literalmente:

“não existe mais brasileiro passando fome.”

É um indicador estatístico com um limite específico.

A mesma precisão vale hoje. Em 2025, quando o Brasil voltou a sair do mapa, o dado utilizado pela FAO foi uma **média trienal de 2022, 2023 e 2024**. Em 2026, o relatório seguinte confirmou o país fora do mapa utilizando o triênio **2023-2025** e prevalência de subnutrição inferior a 2,5%.

Portanto, é perfeitamente legítimo reconhecer contribuição de políticas dos governos Lula para a redução da fome.

O que os dados não autorizam é transformar um processo econômico, social e institucional de décadas em:

“um homem chegou e deu comida ao povo.”

O brasileiro não é filho do presidente.

“O pobre passou a comprar carro, geladeira e viajar de avião por causa de Lula.”

Também aqui é preciso separar contribuição de autoria.

Renda e emprego cresceram. O crédito se expandiu. Isso favoreceu o consumo.

Mas o mundo também estava vivendo uma transformação tecnológica e comercial gigantesca. Produtos ficaram relativamente mais baratos, cadeias de produção se globalizaram e a China transformou a economia mundial.

E o Brasil recebeu um vento externo extraordinário.

O FMI classifica o país como um **grande beneficiário do boom das commodities** e estima que seus termos de troca de bens melhoraram cerca de **24% entre 2000 e 2010**.

O presidente da República não determina o preço mundial do minério de ferro.

Não determina a demanda chinesa por soja.

Não inventa avanços tecnológicos.

Do mesmo modo, seria absurdo daqui a vinte anos alguém dizer que o acesso popular à inteligência artificial foi um presente pessoal do presidente que estava no Planalto em 2026.

O progresso é maior que presidentes.

Governantes atuam dentro da História.

Não fabricam a História inteira.

Isso não elimina seus méritos.

Um capitão pode navegar extraordinariamente bem com vento favorável.

Mas o capitão não pode acrescentar o vento ao próprio currículo.

O que realmente sobrou daquela bonança?

Aqui aparece uma pergunta muito mais séria do que simplesmente saber se o brasileiro consumiu mais.

As reservas internacionais são um mérito relevante daquele período. Estavam em cerca de **US$ 49,3 bilhões em dezembro de 2003** e chegaram a **US$ 288,6 bilhões ao fim de 2010**. Foi uma mudança importante na capacidade brasileira de enfrentar choques externos.

Mas grandes momentos econômicos devem ser julgados não apenas pelo conforto que produzem enquanto existem.

Devem ser julgados pelo que deixam.

Quanto daquele ciclo extraordinário foi convertido em produtividade?

Quanto virou infraestrutura?

Quanto virou excelência educacional?

Quanto virou capacidade tecnológica?

Quanto virou crescimento sustentável para as décadas seguintes?

Não é preciso responder com slogans.

Basta olhar para a pergunta.

Porque a prosperidade temporária e a transformação estrutural são coisas diferentes.

E nem os escândalos daquele período podem ser reduzidos a “invenções da oposição”. Na Ação Penal 470, o Mensalão, o STF condenou por corrupção ativa figuras centrais do governo e do PT, entre elas José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares. Lula não foi réu da AP 470

— e seria incorreto dizer que foi —, mas também seria incorreto apagar do registro histórico o que o Supremo julgou e condenou.

É assim que se examina uma era política:

sem apagar o bem para provar o mal;

sem apagar o mal para preservar o mito.

E Lula III? A mesma régua

Se pretendemos ser sérios, a regra precisa valer inclusive quando os números favorecem Lula.

Em 2025, o desemprego médio foi **5,6%**, o menor da série nacional iniciada em 2012. A renda real do trabalho aumentou e o emprego com carteira atingiu recorde. Portanto, dizer que o Brasil vive atualmente uma explosão do desemprego não corresponde aos dados.

Só que a frase não termina aí.

A mesma pesquisa mostra **38,1% de informalidade**, **14,5% de subutilização** e 2,9 milhões de desalentados. Portanto, desemprego baixo é uma informação verdadeira; dizer que, por isso, todos os problemas do mercado de trabalho desapareceram seria outra simplificação.

Também houve queda importante da pobreza. Entre 2023 e 2024, a proporção abaixo da linha utilizada pelo IBGE caiu de **27,3% para 23,1%**, equivalente a aproximadamente **8,6 milhões de pessoas** deixando aquela condição estatística.

Mais uma vez: resultado real.

Agora olhemos a outra metade da fotografia.

A dívida bruta do governo geral era **73,5% do PIB no fim de 2022**. Em julho de 2026 havia chegado a **82,5% do PIB**. No acumulado de doze meses até julho, o déficit nominal do setor público atingia **9,34% do PIB**.

Em 2025, o PIB cresceu **2,3%**, o PIB per capita 1,9%, e a taxa de investimento ficou em apenas **16,8% do PIB**.

É exatamente isso que uma análise honesta precisa mostrar:

um governo pode ter **desemprego baixo e pobreza em queda** e, ao mesmo tempo, apresentar **deterioração fiscal e investimento relativamente baixo**.

A economia não é propaganda eleitoral.

Duas coisas verdadeiras podem existir simultaneamente.

A última corrente

E então chegamos ao Nordeste.

Aqui os números deveriam produzir reflexão, não desprezo.

Em 2025, o rendimento domiciliar per capita médio brasileiro foi de **R$ 2.316**.

No Nordeste: **R$ 1.484**.

Apenas 64% da média nacional.

Na educação, em 2024, a taxa nacional de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais era de **5,3%**.

No Nordeste: **11,1%**.

Mais que o dobro.

E aproximadamente **55,6% de todos os brasileiros analfabetos dessa faixa etária viviam na região Nordeste**.

Esses números não autorizam ninguém a chamar o nordestino de ignorante.

Autorizam o nordestino a perguntar por que sua região continua pagando esse preço.

O analfabetismo não é culpa daquele a quem faltou escola.

A pobreza não é culpa da criança que nasceu pobre.

A vulnerabilidade não reduz a inteligência, a honra ou a dignidade de homem algum.

Mas depois de décadas em que a região foi apresentada como prioridade de sucessivos projetos políticos, perguntar por que esses abismos continuam existindo não é preconceito.

É obrigação.

Uma política social verdadeiramente humana deveria possuir uma ambição paradoxal:

tornar-se desnecessária para cada família que consegue levantar-se.

O bom médico não se orgulha de manter o paciente eternamente internado.

Orgulha-se do dia em que ele sai andando.

Caridade ergue.

Dependência permanente aprisiona.

O Nordeste não é a corrente do Brasil.

A pobreza é. O analfabetismo é. O coronelismo é. A corrupção é. O curral eleitoral é.

E nenhuma dessas coisas possui direito de propriedade sobre o povo nordestino.

Cristo não cabe num diretório partidário

Existe ainda uma discussão especialmente delicada para quem é católico.

A Igreja não pertence à esquerda.

Também não pertence à direita.

Pertence a Cristo.

O Concílio Vaticano II afirma explicitamente que a Igreja “não está ligada a qualquer sistema político determinado” e manda distinguir aquilo que os cristãos fazem como cidadãos daquilo que é realizado em nome da própria Igreja.

A Doutrina Social também está muito longe da caricatura segundo a qual “amar os pobres” significa simplesmente desejar um Estado cada vez maior.

O Compêndio ensina simultaneamente **solidariedade e subsidiariedade**, advertindo que formas de centralização, burocratização e assistencialismo podem sufocar responsabilidade, liberdade e iniciativa. Bento XVI foi ainda mais direto: solidariedade sem subsidiariedade pode degenerar num assistencialismo que **humilha o necessitado**.

Portanto, o católico não deveria procurar uma bênção religiosa para sua ideologia.

Deveria permitir que sua ideologia fosse julgada pela fé.

E isso exige estudo.

Ir à Missa aos domingos é parte essencial da vida católica.

Mas presença dominical não injeta automaticamente no cérebro *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, *Centesimus Annus*, *Caritas in Veritate* ou o Compêndio da Doutrina Social.

É perfeitamente possível passar décadas dentro de uma igreja e continuar politicamente ignorante.

Assim como é possível saber tudo sobre o próprio partido e quase nada sobre a própria religião.

Quando isso acontece, o homem não submete a política à fé.

Ele começa a deformar a fé para que ela concorde com sua política.

Os políticos de estimação

Mas talvez este texto fosse covarde se terminasse culpando apenas Lula, o PT, a direita, a esquerda, os bispos ou qualquer outra instituição.

Porque políticos não constroem seus altares sozinhos.

Nós os construímos.

Existe um tipo de cidadão que já não procura saber se determinada informação é verdadeira.

Procura saber se ela ajuda seu lado.

Se ajuda, compartilha.

Se prejudica seu candidato, exige dez fontes, quinze estudos e perícia internacional.

Se favorece seu candidato, basta uma imagem no WhatsApp.

Ele não possui opinião política.

Possui torcida.

E há algo ainda pior que acreditar numa mentira: perceber que ela provavelmente é mentira e defendê-la mesmo assim porque admitir a verdade significaria admitir que nosso político errou.

Esse comportamento não pertence exclusivamente à esquerda.

Nem à direita.

Pertence a uma fraqueza humana muito mais antiga:

o orgulho.

Há homens incapazes de pronunciar quatro palavras:

“Eu estava errado nisso.”

Se o adversário erra, enxergam uma prova definitiva de sua perversidade.

Se o aliado pratica exatamente a mesma coisa, imediatamente descobrem contexto, nuance, interpretação jurídica, dificuldades administrativas e alguma explicação que jamais concederiam ao outro lado.

Não defendem princípios.

Defendem pessoas.

E quando os princípios incomodam a pessoa escolhida, abandonam os princípios.

Esses são os verdadeiros construtores dos cultos políticos.

Porque não existe “pai dos pobres” sem filhos políticos dispostos a chamá-lo de pai.

Não existe salvador da pátria sem uma multidão querendo ser salva por um homem.

E existe uma forma particularmente grave disso quando o partidarismo veste **manto sagrado**.

O Evangelho reservou algumas de suas imagens mais duras não aos pecadores assumidos, mas à hipocrisia religiosa. Cristo falou em **“sepulcros caiados”**: bonitos por fora, corrompidos por dentro.

Essa advertência deveria assustar qualquer cristão que use a cruz como escudo para seu partido.

Quem invoca o amor aos pobres apenas quando ele beneficia seu projeto político não está colocando Cristo acima da política.

Está tentando colocar Cristo **a serviço dela**.

E o mesmo vale para quem utiliza família, moral, patriotismo ou religião como palavras mágicas para tornar seu próprio lado imune à investigação.

A verdade não se torna esquerda porque prejudica a direita.

Não se torna direita porque prejudica a esquerda.

Continua sendo verdade.

Talvez a forma mais perigosa de ignorância nem sequer seja desconhecer.

É conhecer um pouco e acreditar que aquilo é tudo.

Ler uma manchete e imaginar que compreendeu economia.

Assistir a um vídeo e acreditar que dominou história.

Ouvir seu influenciador favorito e concluir que todas as fontes discordantes foram compradas.

Quando um homem chega a esse ponto, torna-se quase impossível ensiná-lo.

Porque quem sabe que não sabe ainda procura.

Quem acredita já saber tudo fechou a porta por dentro.

Uma democracia não morre apenas quando os governantes mentem.

Ela começa a adoecer quando o povo passa a **preferir a mentira confortável à verdade inconveniente**.

Talvez seja exatamente aí que começa a esperança.

Não quando todos concordarem.

Isso jamais acontecerá.

Não quando um partido desaparecer.

Outro ocuparia seu lugar.

Não quando surgir finalmente o presidente perfeito.

Ele não existe.

A esperança começa quando o brasileiro deixa de procurar um pai político.

Quando um homem consegue dizer:

“Votei nele, mas nisso ele errou.”

Quando outro consegue reconhecer:

“Eu o combati, mas nisso ele acertou.”

Quando a mesma vara volta a medir amigo e adversário.

Quando a verdade deixa de precisar mostrar carteirinha partidária antes de entrar pela porta.

Há muito tempo o gigante dorme.

Não o sono pacífico de quem descansa, mas aquele sono pesado de quem se esqueceu do próprio nome.

Nos pulsos ficaram cicatrizes.

Nos tornozelos, ferro.

E pelo chão há velhas correntes com nomes conhecidos:

pobreza, ignorância, dependência, corrupção, fanatismo.

Algumas já romperam.

Outras começam a rachar.

E talvez a mais difícil de todas não esteja presa às mãos ou ao pescoço.

Talvez esteja presa à mente.

É a corrente que convence um homem de que precisa de outro homem para ser livre.

Não devemos odiar quem ainda a carrega.

Não se odeia um prisioneiro porque possui correntes.

Ajuda-se a quebrá-las.

E talvez esteja surgindo no horizonte aquela espécie de manhã que quase ninguém percebe enquanto começa.

Primeiro uma linha de luz.

Depois outra.

As formas aparecem.

Os medos diminuem.

E aquilo que durante a noite parecia eterno revela finalmente suas rachaduras.

Um dia, talvez, o sertanejo olhará para Brasília sem procurar um pai.

O trabalhador olhará para o presidente sem procurar um salvador.

O católico olhará para seu partido sem confundi-lo com sua Igreja.

E o eleitor olhará para o político que ama e terá coragem suficiente para dizer:

“Você também será julgado.”

Nesse dia o Nordeste não terá sido conquistado por ninguém.

Terá conquistado a si mesmo.

Nesse dia não haverá brasileiros libertando outros brasileiros.

Haverá um povo rompendo, junto, aquilo que sempre o diminuiu.

E quando o gigante finalmente se levantar, não será para esmagar os próprios filhos.

Será para carregá-los.

Das matas da Amazônia ao sertão, dos pampas às grandes cidades, cinco regiões descobrirão que jamais foram cinco destinos.

E talvez nossos filhos vejam aquilo que nós apenas começamos a enxergar:

um país que não pertence a Lula.

Que não pertence a Bolsonaro.

Que não pertence à esquerda.

Que não pertence à direita.

Que não pertence a bispos, partidos, sindicatos, empresários ou movimentos.

Pertence aos brasileiros.

Os homens que hoje parecem gigantes passarão.

Seus retratos amarelarão.

Seus discursos serão esquecidos.

Seus partidos mudarão de nome.

E a História fará com eles aquilo que sempre fez com aqueles que imaginaram ser maiores que seu próprio povo.

Eles se tornarão passado.

Então o gigante talvez se lembre da verdade mais simples de todas:

eles sempre foram passageiros.

O Brasil é que permanece.

E agora, quando a noite enfim começa a ceder e a primeira chama da alvorada já toca o horizonte, o Brasil está mais perto do que nunca de erguer-se inteiro — livre, desperto e digno — para caminhar rumo a um futuro cuja grandeza nossos pais apenas sonharam e que nossos filhos ainda poderão chamar de lar.